

Henrique Ávila • Kazuo Watanabe
Rita Dias Nolasco • Trícia Navarro Xavier Cabral
COORDENAÇÃO

Desjudicialização, Justiça Conciliativa e Poder Público

Breno Ferreira Martins Vasconcelos
Bruno Dantas
Bruno Megna
Bruno Takahashi
Caio Victor Ribeiro dos Santos
Carlos Alberto Salles
Carlos Gustavo Moimaz Marques
Carlos Henrique Costa Leite
Carolina Lemos de Faria
Clara Rachel Barros Nitão
Cláudio Cairo Gonçalves
Consuelo Moromizato Yoshida
Daldice Santana
Denise Caldas Figueira
Erik Frederico Gramstrup
Fábio Lucas Albuquerque Lima
Fernanda Tartuce
Flávia de Carvalho Silveira
Gustavo Justino de Oliveira
Humberto Dalla Bernardina de Pinho
Isabela Maiolino
José Antonio Dias Toffoli

José Roberto da Cunha Peixoto
Kaline Ferreira
Lívia Cristina Marques Peres
Luciano Benetti Timm
Marcelo Kokke
Márcia Uggeri
Maria Raphaela Dadona Matthiesen
Paulo Cesar Conrado
Paulo Sérgio Domingues
Pitágoras Dytz
Priscila Faricelli de Mendonça
Rafael Machado de Oliveira
Reynaldo Soares da Fonseca
Ricardo Vilas Bôas Cueva
Rita M. C. Dias Nolasco
Roberto Carvalho Veloso
Samantha Mendes Longo
Sílvia Helena Picarelli Gonçalves Johonsom di Salvo
Tereza Cristina Soares da Fonseca Carvalho
Trícia Navarro Xavier Cabral
Valeria Ferioli Lagrasta
Zélia Luiza Pierdoná

Assista ao vídeo de
apresentação da obra



THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais***JULIANA MAYUMI ONO***Gerente de Conteúdo***MILISA CRISTINE ROMERA***Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner*Produção Editorial**Coordenação***ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES***Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira*Designer Editorial:* Lucas Kfour*Estagiárias:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho*Capa:* Linotec*Líder de Inovações de Conteúdo para Print***CAMILLA FUREGATO DA SILVA***Equipe de Conteúdo Digital**Coordenação***MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO***Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo*Gerente de Operações e Produção Gráfica***MAURICIO ALVES MONTE***Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno*Estagiário de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Desjudicialização, justiça conciliativa e poder público / coordenadores Rita Dias Nolasco...[et al.].
... São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.

Outros coordenadores: Henrique Ávila, Kazuo Watanabe, Trícia Navarro Xavier Cabral

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-450-4

1. Conciliação (Processo civil) 2. Desjudicialização 3. Direito processual civil 4. Poder público I. Nolasco, Rita Dias. II. Ávila, Henrique. III. Watanabe, Kazuo. IV. Cabral, Trícia Navarro Xavier.

20-51246

CDU-347.952

Índices para catálogo sistemático:

1. Desjudicialização : Direito processual civil 347.952
Cibele Maria Dias _ Bibliotecária _ CRB-8/9427

SUMÁRIO

SOBRE OS COORDENADORES	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
APRESENTAÇÃO	17
PREFÁCIO	19

PARTE 1

DESJUDICIALIZAÇÃO E TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS

CAPÍTULO 1 - DESJUDICIALIZAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO E TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSE	35
JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI e LÍVIA CRISTINA MARQUES PERES	
1. Introdução	35
2. Acesso à Justiça e desjudicialização	37
3. Pacificação como política pública.....	42
3.1. Política Judiciária do Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses: Conselho Nacional de Justiça	43
3.2. Gestão na política do tratamento adequado.....	46
3.2.1. Medidas implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça: Programa Resolve	48
RESOLVE POUPANÇA – Planos Econômicos.....	48
RESOLVE Métodos consensuais eletrônicos.....	49
RESOLVE PREVIDENCIÁRIO.....	50
RESOLVE EXECUÇÃO FISCAL Automação e Governança.....	50
4. Desjudicialização e consensualidade nas demandas envolvendo o Poder Público	51
5. Conclusão	53
Referências.....	54

CAPÍTULO 2 - A CONTRIBUIÇÃO DO CONTENCIOSO COLETIVO NORTE-AMERICANO PARA O COMBATE À JUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	57
BRUNO DANTAS e CAIO VICTOR RIBEIRO DOS SANTOS	
Introdução.....	57
1. Judicialização de massa: razões e iniciativas do vanguardismo norte-americano.....	58
2. O problema do amianto nos Estados Unidos e a crise das <i>class actions</i> ...	62
3. Síntese: razões políticas e técnicas para adoção da tutela pluri-individual no Brasil.....	68
Conclusão.....	73
Referências.....	74
CAPÍTULO 3 - A TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS COM O PODER PÚBLICO: UMA PROPOSTA.....	77
DALDICE SANTANA e BRUNO TAKAHASHI	
Introdução.....	78
1. Do antagonismo para a convergência.....	79
2. Do “mutirão” para a plataforma flexível.....	82
3. Da linha reta para a rede.....	84
4. Da razão para a intuição.....	87
Conclusão.....	89
Referências.....	89

PARTE 2

IMPACTO DA DESJUDICIALIZAÇÃO NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO 1 - REDUÇÃO DE EXECUTIVOS FISCAIS E OS IMPACTOS ARRECADATÓRIOS DECORRENTES DO REGIME DIFERENCIADO DE COBRANÇA DE CRÉDITO INSTITUÍDO PELA PGFN.....	93
ERIK FREDERICO GRAMSTRUP, PAULO CESAR CONRADO, RITA DIAS NOLASCO e PRISCILA FARICELLI DE MENDONÇA	
I. Contextualização.....	93
II. Delimitação da Pesquisa: Escopo e Hipóteses.....	98
III. Dados resultantes da pesquisa.....	98
III.1. Diagnóstico dos executivos fiscais.....	98
III.2. A arrecadação pela PGFN.....	103
IV. RDCC: causa e efeito.....	108
V. Sugestões.....	109
Pesquisadores responsáveis.....	110

CAPÍTULO 2 - INCERTEZA, CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO E ECONOMIA: IMPACTOS E PROPOSTAS PARA UMA RELAÇÃO MAIS EQUILIBRADA.....	111
Breno Ferreira Martins Vasconcelos e Maria Raphaela Dadona Matthiesen	
I. Introdução.....	111
II. Incerteza e complexidade tributárias impactam o desenvolvimento econômico.....	113
III. Evidências do alto grau de incerteza e complexidade tributárias no Brasil.....	115
IV. Propostas para construção de um ambiente tributário mais seguro e menos litigioso.....	118
A. Programa de conformidade e classificação de contribuintes.....	118
B. Função consultiva das Delegacias de Julgamento da Receita Federal (“DRJ”) e autorregularização.....	120
C. Revisão da legislação tributária.....	121
D. Incentivo à prestação de serviço público de excelência.....	121
V. Conclusão – a transição para um ambiente de certeza tributária e baixa litigiosidade.....	123

PARTE 3 JUSTIÇA MULTIPORTAS

CAPÍTULO 1 - JUSTIÇA MULTIPORTAS, DESJUDICIALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	127
Trícia Navarro Xavier Cabral	
1. Notas introdutórias.....	127
2. Justiça Multiportas.....	129
3. Desjudicialização e Administração Pública.....	131
4. Notas conclusivas.....	136
5. Bibliografia.....	137
CAPÍTULO 2 - JUSTIÇA MULTIPORTAS, DESJUDICIALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOVOS CAMINHOS PARA O CONSENSUALISMO ADMINISTRATIVO À LUZ DA PROCESSUALÍSTICA CIVIL.....	139
Gustavo Justino de Oliveira e Cláudio Cairo Gonçalves	
1. Introdução.....	139
2. A (moderna) teoria do acesso à Justiça.....	141
3. Sistema de Justiça multiportas e desjudicialização.....	145
4. Negociação na Administração Pública.....	150
5. Sinalizações finais.....	153
Bibliografia.....	154

CAPÍTULO 3 - A APLICAÇÃO DO SISTEMA MULTIPORTAS À SEARA DO ESTADO-ADMINISTRAÇÃO.....	157
MÁRCIA UGGERI MARASCHIN	
1. Introdução.....	157
2. Acesso à Justiça e o sistema multiportas	158
3. Aplicação do sistema multiportas pela Administração Pública	161
4. Considerações finais.....	170
Referências.....	171

PARTE 4

JUSTIÇA CONCILIATIVA E PODER PÚBLICO

CAPÍTULO 1 - APAC JUVENIL NO MARANHÃO: DESAFIO RESTAURATIVO NO TRATAMENTO DO ATO INFRACIONAL – JUSTIÇA CONSENSUAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE	175
REYNALDO SOARES DA FONSECA, ROBERTO CARVALHO VELOSO E TEREZA CRISTINA SOARES DA FONSECA CARVALHO	
Introdução	176
1. Justiça restaurativa: um horizonte a abrir caminhos	178
2. APAC como um caminho concreto à mediação penal: desafios de intervenção.....	183
Considerações finais ou quem sabe a APAC juvenil para o Maranhão	187
Bibliografia.....	189
CAPÍTULO 2 - A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONTROVÉRSIAS ADMINISTRATIVAS: O CASO DO GOVERNO FEDERAL NORTE-AMERICANO.....	191
CARLOS ALBERTO DE SALLES	
1. O que temos a apreender do sistema norte-americano de solução de controvérsias administrativas....	191
2. O sistema dual de solução de controvérsias administrativas nos Estados Unidos.....	193
3. O uso de mecanismos alternativos pelo governo dos Estados Unidos....	196
4. A formulação de acordos no governo federal norte-americano.....	197
5. Mediação na administração pública norte-americana.....	201
6. Juízes de acordo (<i>settlement judges</i>)	203
7. Avaliação inicial por terceiro neutro (<i>early neutral evaluation</i>)	205
8. Negociações estruturadas (<i>minitrials</i>)	206
9. Julgamento sumário (<i>Summary trial</i>)	207

10. Outros mecanismos.....	208
11. Conclusões.....	209
12. Bibliografia.....	211
CAPÍTULO 3- JUSTIÇA CONCILIATIVA E PODER PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA ENVOLVENDO AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	213
CARLOS GUSTAVO MOIMAZ MARQUES e ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ	
Introdução.....	213
1. A institucionalização dos meios consensuais nas ações previdenciárias: de onde se vem?.....	216
1ª Perspectiva: meios consensuais como mecanismo de redução de demandas.....	217
2ª Perspectiva: meio consensual como política pública de tratamento adequado do conflito.....	219
2. A Institucionalização dos meios consensuais nas ações previdenciárias: para onde se vai?.....	223
Conclusões.....	228
Referências.....	229

PARTE 5

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CONSENSO NO ÂMBITO DO PODER PÚBLICO

CAPÍTULO 1 - DA PROCESSUALIZAÇÃO ADVERSARIAL AO PLANO ESTRATÉGICO DE CONCILIAÇÃO (PEC) DA CÂMARA DE MEDIAÇÃO E DE CONCILIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: OS NOVOS IMPERATIVOS DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MENOS IMPERATIVA E MAIS DIALÓGICA.....	233
JOSÉ ROBERTO DA CUNHA PEIXOTO e KALINE FERREIRA	
Introdução.....	234
1. Da processualização administrativa clássica e da sua inadequação em face do procedimento de mediação.....	236
2. Da voluntariedade dos interessados e do protagonismo deles no Plano Estratégico de Conciliação (PEC).....	239
3. Grau de amplitude do procedimento de mediação em relação à tradicional procedimentalização administrativa – equilíbrio necessário.....	243
4. A segurança jurídica da mediação nas câmaras públicas – “ <i>accountability</i> ”.....	245
5. As medidas cautelares no procedimento de mediação.....	247
6. Acordos incidentais no procedimento de mediação em conflitos complexos.....	249

26 DESJUDICIALIZAÇÃO, JUSTIÇA CONCILIATIVA E PODER PÚBLICO

7. Os acordos envolvendo entes públicos e sua dimensão estratégica.....	250
Conclusão	252
Referências.....	254
CAPÍTULO 2 - DAMP 2180-35, DE 2001 À LEI 13.140, DE 2015: O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO COMO JUIZ NATURAL ADMINISTRATIVO NOS CONFLITOS ENVOLVENDO ENTIDADES PÚBLICAS	255
PITÁGORAS DYTZ	
1. A Advocacia-Geral da União e o Advogado-Geral da União: mais do que uma simples filigrana semântica.....	255
2. O Advogado-Geral da União: juiz natural administrativo nos conflitos envolvendo entidades públicas.....	261
CAPÍTULO 3 - FOMENTO ESTATAL AOS MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PELOS PODERES JUDICIÁRIO, EXECUTIVO E LEGISLATIVO	273
FERNANDA TARTUCE e BRUNO LOPES MEGNA	
1. Relevância e evolução do tema	273
2. Promoção do consenso pelo Poder Legislativo e marcos de institucionalização	275
3. Promoção do consenso pelo Poder Judiciário e imparcialidade	278
4. Promoção do consenso pelo Poder Executivo e dilemas de concretização.....	282
5. Conclusão	288
6. Bibliografia	288
PARTE 6	
NEGOCIAÇÃO E ACORDOS NO SETOR PÚBLICO	
CAPÍTULO 1 - CENTRAIS DE NEGOCIAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO: A EVOLUÇÃO DO MODELO AUTOCOMPOSITIVO E OS NOVOS CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE ACORDOS	293
CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE e CLARA RACHEL BARROS NITÃO	
I. Introdução.....	294
II. Resolução adequada de conflitos: aspectos históricos, métodos autocompositivos, divisão de atribuições	294
III. Autocomposição no âmbito da procuradoria-geral da união e a evolução do programa centrais de negociação	298
IV. Portaria PGU nº 11, de 08 de junho de 2020: modelo de negociação no âmbito da União	303

V. Conclusão	311
Referências	311
CAPÍTULO 2 - O USO DA MEDIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	313
SAMANTHA MENDES LONGO	
1. A recuperação judicial como um processo de ampla negociação coletiva	313
2. Métodos adequados de resolução de conflitos	316
3. A mediação nos processos de recuperação judicial	319
4. A Recomendação 58/2019 do CNJ e criação do CEJUSC Recuperação Empresarial	323
5. Conclusão	326
6. Bibliografia	327
CAPÍTULO 3- NEGOCIAÇÃO DE CASOS COMPLEXOS NO SETOR PÚBLICO: APORTES DO PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO DA HARVARD LAW SCHOOL....	329
RAFAEL MACHADO DE OLIVEIRA	
Introdução	329
1. Contornos gerais sobre a metodologia do Programa de Negociação da <i>Harvard Law School</i>	330
1.1. Os sete elementos.....	331
2. Contexto e características do caso negociado. Conflito envolvendo Direito Administrativo, Ambiental e marco civil da internet.....	332
3. Análise dos elementos e elaboração do planejamento da negociação.....	334
3.1. Tema de posicionamento geral	335
3.2. Alternativas.....	338
3.3. Interesses: definição do interesse público e mapeamento de interesses gerais.....	340
3.4. Opções: criação e critérios de escolha.....	347
3.5. Legitimidade	349
3.6. Compromisso.....	351
Conclusão.....	354
Referências bibliográficas	355
CAPÍTULO 4- NEGOCIAÇÃO INTEGRATIVA NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS PÓS-DESASTRES	357
MARCELO KOKKE	
Introdução	357
1. Negociação integrativa e ambientes de negociação no pós-desastre.....	358

28 DESJUDICIALIZAÇÃO, JUSTIÇA CONCILIATIVA E PODER PÚBLICO

2. Negociação integrativa e verticalidade no processo reparatório pós-desastre	364
3. Táticas de dispersão em negociação no processo de integração pós-desastre	369
Considerações finais	371
Referências bibliográficas	372

**PARTE 7
MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO JUDICIAIS**

CAPÍTULO 1 - CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO JUDICIAIS. EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO 375

CONSUELO Y. MOROMIZATO YOSHIDA e PAULO SÉRGIO DOMINGUES

1. Considerações introdutórias	376
2. As novas dimensões da “cultura do consenso” e a disseminação de sua prática	377
3. Significado de “consenso” e “consentimento”. A crise da democracia: o critério insatisfatório do “consenso médio” ou “regra da maioria”	378
4. Arbitragem, conciliação e mediação: características e princípios. Parâmetros para magistrados e demais operadores das funções essenciais da Justiça	379
5. Experiências exitosas da Justiça Federal da 3ª Região	381
5.1. A relevância das audiências públicas e das audiências de conciliação e mediação judiciais	381
5.2. Plataforma de conciliação para solucionar casos relacionados à Covid-19	384
6. Conclusão	386

CAPÍTULO 2 - MEDIAÇÃO JUDICIAL E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS: A OUTRA FACE DA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE 389

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO

1. Considerações iniciais: dos princípios fundamentais do processo às garantias estruturantes da mediação	389
2. Potenciais conflitos entre as garantias fundamentais do processo e o uso da ferramenta da mediação judicial	391
2.1. Contraditório	392
2.2. Isonomia	395

2.3.	Inafastabilidade do controle jurisdicional	396
2.4.	Publicidade	398
2.5.	Motivação	401
2.6.	Duração razoável do processo	404
3.	Reflexões críticas e possíveis caminhos para a melhora da qualidade da mediação judicial no Brasil	407
4.	O atual estágio do problema: o constante desafio de conciliar a função jurisdicional pacificadora com a estrita observância das garantias fundamentais	414
5.	Referências bibliográficas	416

PARTE 8 MEDIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 1 - INSTITUCIONALIZAÇÃO E PROCEDIMENTALIZAÇÃO: PALAVRAS DIFÍCEIS DE CONTEÚDO FÁCIL PARA A EFETIVIDADE DA MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	423
SÍLVIA HELENA PICARELLI GONÇALVES JOHONSOM DI SALVO	
Introdução	423
1. A codificação do sistema de mediação de conflitos na Administração Pública como instituto e como procedimento: efetividade do método...	425
2. A institucionalização do sistema de mediação de conflitos com a Administração Pública	427
3. A proceduralização dentro do sistema de mediação de conflitos com a Administração Pública	432
Conclusão	435
CAPÍTULO 2 - MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS ÉTICOS	437
VALERIA FERIOLI LAGRASTA	
1. Judicialização e formas de enfrentamento	437
2. Métodos consensuais de solução de conflitos	443
3. Lei de Mediação e Administração Pública	446
4. Princípios da Administração Pública e princípios éticos da mediação ...	447
5. Conclusão	451
Bibliografia	452

CAPÍTULO 3- A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO APLICADAS AOS FUNDOS DE PENSÃO	453
FÁBIO LUCAS ALBUQUERQUE LIMA	
1. Questões preliminares	453
2. Histórico da criação dos fundos de pensão no Brasil	454
3. A Câmara de Mediação e Conciliação da Previc – possibilidades de sua utilização e limitações decorrentes da regulação estatal	456
4. A atuação da Câmara de Mediação da Previc. A mediação da CCAF.....	461
5. Conclusão	465
Referências bibliográficas	466

PARTE 9 CONSENSUALIDADE E TECNOLOGIA

CAPÍTULO 1 - RESOLUÇÃO DE DISPUTAS ON-LINE (ODR) E DESJUDICIALIZAÇÃO	469
RICARDO VILLAS BOAS CUEVA	
1. Introdução	469
2. Meios alternativos ou adequados de resolução de disputas (ADR)	470
3. Meios de resolução de disputas on-line (ODR).....	471
4. Experiência nos Estados Unidos.....	473
5. Experiência na União Europeia	474
6. Experiência no Reino Unido.....	475
7. Experiência no Brasil.....	476
8. Reclamação on-line como requisito para configurar o interesse de agir?.....	480
9. Considerações finais	481
Bibliografia.....	481
CAPÍTULO 2- A PLATAFORMA “CONSUMIDOR.GOV.BR” COMO ALTERNATIVA PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS	483
ISABELA MAIOLINO, FLÁVIA DE CARVALHO SILVEIRA e LUCIANO BENETTI TIMM	
1. Introdução	483
2. Contexto da Justiça brasileira	485
3. Métodos alternativos de solução de conflitos e plataformas digitais de solução de disputas (“ADR”)	487
4. A plataforma “consumidor.gov.br” como promotora da desjudicialização... ..	489
5. Conclusão	495
6. Bibliografia	496

CAPÍTULO 3 - REPROGRAMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS: A CULTURA DO CONSENSO E AS NOVAS TECNOLOGIAS	499
CAROLINA LEMOS DE FARIA	
Introdução	499
1. Direito de acesso à Justiça e desjudicialização.....	500
2. A política pública de solução consensual de conflitos na e com a Administração Pública: o microssistema jurídico e regulatório	502
3. Administração Pública e a transformação digital para solução consensual dos conflitos: as novas tecnologias fomentando a autocomposição	505
4. Considerações finais.....	509
Referências.....	510
 CAPÍTULO 4 - RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ON-LINE E OS DESAFIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 513
DENISE CALDAS FIGUEIRA	
1. Considerações iniciais	513
2. Métodos consensuais de resolução de conflitos e a Administração Pública.....	514
3. ODR e administração pública	522
4. Tecnologia & pandemia.....	527
5. Conclusão	528
Referências.....	530